

DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

I PARTE

Fernando Antunes Vajá*

Em 1931 o matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972) publica o livro *The Five Laws of Library Science*, as quais ainda hoje continuam a constituir uma das mais simples e completas inventariações do que é o papel de uma biblioteca. São elas:

1. Os livros são para serem utilizados
2. A cada livro o seu leitor
3. A cada leitor o seu livro
4. Poupar tempo ao leitor
5. A biblioteca é um organismo que cresce

Como se pode ver, é muito simples perceber quais são os problemas que se apresentam a um utilizador perante um número vasto de informação à sua disposição; por exemplo, qual é a resposta para: “tenho uma sala cheia de livros, como é que eu encontro o que eu quero?”

De início, foi claro que para os livros, ou qualquer tipo de informação com um número de entidades únicas em número razoável, o encontrar um livro implicaria que os livros teriam de estar organizados por alguma lógica... aqui nasce o conceito da “organização da informação”.

Embora possa parecer estranho hoje em dia, muitas e exóticas possibilidades de organização foram propostas ao longo do tempo. Por exemplo, existiu quem, no século XIX, propusesse que os livros deveriam estar organizados pelo seu tamanho!

* 2Know - Consultoria e Gestão da Informação Lda.

O segundo problema advém de que, embora as peças de informação - no nosso exemplo os livros -, sejam unidades únicas, as vias por que desejamos encontrá-las diferem, por exemplo eu posso desejar encontrar os livros existentes de determinado autor, de determinada área temática, ou os livros infantis publicados em 2007. O problema é que se os livros estão organizados fisicamente por ordem alfabética crescente de autor, como é que eu encontro o que desejo se estou à procura de um título(?) ou se os livros estão organizados por ordem alfabética crescente de título, como é que eu os encontro se estou à procura de um tema?

Como se organizam pois livros que deveriam poder ser procurados de maneiras diferentes se existe só um exemplar de cada um?

É necessária a criação de um segundo documento que descreva o primeiro com toda a informação necessária para que o utilizador final possa encontrar (recuperar) o livro, seja qual for a sua necessidade, actual ou futura.

Este segundo documento (documento secundário) que descreve o livro (documento primário) irá conter pois: título, autor, editor, data e local de edição... e... o local físico onde se encontra o documento primário.

O documento secundário reside numa base de dados de documentos secundários, a qual constitui o catálogo da biblioteca, e que por sua vez é o núcleo do Sistema Integrado de Gestão da Biblioteca (SIGB).

Resumindo:

1. para o livro ser encontrado é necessário que exista um documento secundário (registo numa base de dados) que descreva um documento primário (o livro);
2. o utilizador pesquisa na base de dados de documentos secundários (catálogo) o livro que deseja;
3. uma vez encontrado o documento secundário, o qual descreve o livro (documento primário) este tem algures a indicação de onde o livro se encontra fisicamente (cota);
4. o utilizador desloca-se à estante onde se encontra o livro seguindo as indicações da cota e apropria-se (recupera) do (o) livro.

Desafio actual

O mundo actual desloca-se cada vez mais do espaço analógico para o espaço digital/internet.

Benefícios do espaço digital/internet:

1. é independente do tempo - a informação nele contida pode estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano;
2. é independente do espaço - não necessito de me deslocar à biblioteca para aceder à informação;
3. público alvo - potencialmente toda a humanidade.

O espaço digital traz para as bibliotecas os benefícios acima mencionados. São disso exemplo:

1. a colocação da base de dados dos documentos secundários (o catálogo) que representam o seu espólio para qualquer pessoa o poder consultar;
2. o catálogo anterior mas com o documento (primário) que é descrito associado fisicamente em formato digital, permitindo, uma vez encontrado, a sua apropriação imediata pelo utilizador (biblioteca digital).

O que é então uma biblioteca digital?

É uma biblioteca que oferece no mínimo tudo o que a biblioteca tradicional (analógica) oferece... mais o valor acrescentado do espaço digital, ou mais concretamente:

1. pode ser consultada a partir de qualquer lugar;
2. pode ser acedida em qualquer momento;
3. pode ser acedida por qualquer pessoa (se a biblioteca o desejar);
4. contém documentos digitais imediatamente acedíveis e apropriáveis - gratificação imediata.

Finalmente, quem se propõe a disponibilizar documentos, quer por via de uma biblioteca tradicional (analógica) quer por via de uma biblioteca digital terá sempre de (sob pena de não atingir o seu objectivo):

1. definir o seu público alvo;
2. inventariar o seu espólio;
3. eliminar os documentos que não se adaptam à missão da biblioteca;
4. fazer o tratamento documental do restante - criação dos documentos secundários que descrevem os primários;

5. disponibilizar ao público alvo o catálogo resultante;
6. tirar partido dos benefícios do espaço digital - colocar o catálogo na internet, criar bibliotecas digitais, disponibilizar outros serviços suportados no espaço digital.

E... ter sempre presentes as *The Five Laws of Library Science*:

1. Os livros são para serem utilizados
2. A cada livro o seu leitor
3. A cada leitor o seu livro
4. Poupar tempo ao leitor
5. A biblioteca é um organismo que cresce

II PARTE

Alfredo Magalhães Ramalho*

É facto bem conhecido e unanimemente reconhecido que a Igreja - entendida no sentido institucional, como conjunto de todas as entidades eclesíásticas (dioceses, paróquias, ordens, congregações, irmandades, etc.) - detém um património cultural de valor inestimável; tanto em termos de edifícios históricos e artísticos, como no que toca ao respectivo recheio - obras de pintura, escultura, joalheria, cerâmica, paramentaria, enfim, tudo o que imaginar se possa e nomear se queira.

Entre este, avultam, por um lado o património arquivístico, que documentando a actividade das instituições, do mesmo passo constitui inestimável fonte para o estudo da sociedade em que elas se inserem; e o património bibliográfico, os acervos de livros e publicações periódicas que essas instituições foram reunindo ou recebendo, e que usaram como instrumento insubstituível para a sua constante acção de divulgação cultural: obras de todo o tipo, desde as preciosidades históricas (manuscritos, incunábulos e livro antigo), até inimagináveis acervos de leitura corrente, cobrindo todos os sectores da cultura, desde os mais intelectualizados aos mais corriqueiros.

Este notável património bibliográfico eclesial encontra-se disperso por um sem número de “nichos”, cuja totalidade ninguém conhece: há evidentemente as grandes Bibliotecas eclesiais, como a título de mero exemplo foram as de Santa Cruz de Coimbra, Lorvão e Alcobaça, e ainda hoje são a de Mafra, as de seminários como os de Porto e Coimbra, as de revistas altamente prestigiadas como a *Brotéria*, ou as várias Bibliotecas da Universidade Católica.

Mas, ao lado destas, há também um sem número de entidades que detêm fundos bibliográficos dispersos - conventos, paróquias, confrarias; muitas das vezes esses fundos resultam de aca-sos históricos, não são usados no dia-a-dia da entidade que os detém, e que por isso nas actuais circunstâncias apenas constituem estorvo para quem tem o encargo de gerir os espaços que

* Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa

“inutilmente” ocupam. O conteúdo destes fundos não é muitas vezes conhecido dos seus próprios detentores, e muito menos do público exterior, que nem sabe da sua existência – permanecendo, por isso, inertes e sem utilidade real.

Este projecto da Conferência Episcopal tem por isso o maior interesse, como forma de estimular a que os detentores de todo esse património promovam a sua inventariação e divulguem a sua existência – primeiro passo para que o mesmo fique acessível aos utilizadores potenciais, nomeadamente aos investigadores.

No entanto, esta fase do reconhecimento, inventariação e catalogação só terá resultados plenos, se paralelamente se criar uma estrutura técnica globalizante – que simultaneamente possa servir de ponto de congregação física, e de centro de apoio técnico para o reconhecimento, tratamento e disponibilização desse valioso património.

Ponto de congregação física, por exemplo em termos de depósito: na verdade, se há entidades que consideram ter condições para continuar a deter e disponibilizar os seus fundos bibliográficos, outras há que não as têm, nem faz parte dos seus objectivos institucionais tê-las – muitos desses fundos estão encaixotados, amontoados em caves ou sótãos, ou fechados em armários de vão de escada, sem as devidas condições de humidade, sem possibilidade de desinfestação, etc., e, mesmo que nalguns casos estejam devidamente acondicionados e preservados, não existem muitas vezes condições logísticas para a sua disponibilização – nem em termos de espaços de leitura, nem sobretudo em termos de pessoal que possa fazer o acolhimento e orientação dos leitores interessados em os consultar.

Provavelmente, as entidades que detêm esses fundos veriam com gosto e alívio todos esses conjuntos, porventura valiosos, serem deslocados para instalações centrais, onde em regime de depósito (mantendo, portanto, os actuais detentores os seus direitos de propriedade plena) ficariam guardados em muito melhores garantias de preservação, muito mais facilmente tratáveis e com muito melhores condições para acesso e disponibilização; libertando-as assim, simultaneamente, do encargo de gerir os espaços (por vezes muito significativos) que “inutilmente” ocupam, e que com grande facilidade passariam a ser disponibilizados para outros fins mais directamente ligados à actividade quotidiana dessas entidades detentoras.

E, para as entidades que considerem ter condições para continuar a deter e disponibilizar os seus fundos bibliográficos, como

centro de apoio técnico no tratamento bibliográfico desses fundos: apoio na definição de critérios uniformes de catalogação e indexação, na eventual escolha de sistemas automáticos (informatizados) de gestão, tratamento e disponibilização, etc.

Esse apoio poderá revestir o aspecto de uma equipa técnica central, que cada uma dessas entidades por si só não terá condições para montar, que se possa encarregar do tratamento retrospectivo dos fundos acumulados, e tratamento corrente dos que irão continuando a crescer – quer em regime de criação remota dos registos num catálogo colectivo centralizado, quer em regime de equipa volante que para fazer esse trabalho técnico se possa deslocar aos vários locais que não dispõem de pessoal tecnicamente qualificado.

Outro aspecto em que a dita entidade centralizada deverá ter um papel essencial, será na instalação, gestão e manutenção de uma estrutura base de equipamentos (servidores, rede, postos de consulta) e software de gestão, que efectivamente viabiliza o funcionamento em rede – com toso os benefícios que este implica, em termos de comunicabilidade e optimização dos recursos de todas as partes envolvidas no projecto.

Como casos paralelos, podemos citar dois casos de sucesso, que amplamente recompensaram as entidades que a esses projectos generosamente aderiram.

O primeiro será o projecto-piloto que os arquivos municipais do distrito de Braga, por volta de 1985, sob estímulo da Universidade do Minho e do Arquivo Distrital de Braga, levaram a cabo: uma campanha sistemática de tratamento standardizado dos seus fundos, com o apoio de técnicos do Arquivo Distrital, que permitiu o reconhecimento, ordenação, tratamento técnico e disponibilização dos mesmos; as entidades promotoras recorreram a uma estratégia de convencimento, explicando às várias vereações os enormes benefícios que desse projecto cooperativo para cada uma delas directamente adviriam – desde logo em termos de disponibilização geral dos documentos, mas também de racionalização e economia de espaços, permitindo uma inesperada rentabilização de todo esse valioso património imobilizado.

O outro caso exemplar será o do “meta repositório institucional” português, que a Universidade do Minho promoveu e está dinamizando: hoje em dia é objectivo essencial e indispensável de qualquer instituição que se dedique à investigação científica dar esta a conhecer para fora dos seus muros institucionais; e isso faz-se através dos chamados “repositórios institucionais”, bases

de dados onde os próprios investigadores fazem o auto-arquivo de toda a produção realizada sob alçada da entidade detentora do repositório, em termos de acesso livre aos outros investigadores, o que permite às várias Universidades dar à produção científica dos seus investigadores um enquadramento e uma projecção que isoladamente nunca teriam.

Também aí, se há algumas instituições com condições técnicas e meios humanos adequados para construir e manter o seu repositório próprio – outras há que, pela sua dimensão ou perfil menos tecnológico, não o poderiam fazer sem grande esforço; e por isso foi estimulada pelo Governo a criação de uma entidade centralizadora, que dê apoio às ditas entidades, não só na estruturação devidamente standardizada dessas bases de dados individuais, como sobretudo no seu alojamento e gestão futura.

Concretamente, partindo da experiência da FCCN (Fundação para a Computação Científica Nacional) como entidade gestora da infra-estruturas físicas de servidores e rede, e do comprovado sucesso da experiência dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho na construção e manutenção técnica do seu repositório piloto – a UMIC (Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento, da Presidência do Conselho) está a pôr de pé este projecto do RCAAP (Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal), que por sua vez consegue ligar-se aos repositórios centrais de todos os outros países, nomeadamente europeus, dando à produção científica portuguesa uma visibilidade e projecção internacionais que nenhuma das entidades participantes por si só alguma vez conseguiria alcançar.

No fundo, e muito simplesmente, o RCAAP congrega, em termos de pesquisa consolidada os conteúdos de todos os repositórios institucionais particulares portugueses; mas também, e como mais-valia essencial, disponibiliza o SARI (Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais) – através do qual outras entidades de todos os tipos conseguem alojar e ver geridos os seus próprios repositórios, com todas as garantias de manutenção técnica e permanente actualização de equipamentos e processos.

São dois casos de evidente sucesso; e em ambos, o essencial reside APENAS ... num esforço coordenado de cooperação organizada! Julgamos que é este, afinal, o grande desafio que a Conferência Episcopal lança a todos nós, as instituições eclesiais detentoras de fundos bibliográficos de interesse cultural. A proposta é aliciante, agora será preciso que todos estejamos dispostos a cooperar, e que para tal nos organizemos.